



CLIPPING

COORDENADORIA DE IMPRENSA DO TJPA

coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br - (91) 3205-3256 / 3274

10 DE
JUNHO DE
2021



REPÓRTER

70

> ATERRO RECURSO

Os municípios de Belém e Ananindeua fizeram, sem alarde, nova tentativa de manter o aterro sanitário de Marituba em funcionamento a partir da próxima terça-feira, 15, data prevista para que o local feche as portas em definitivo. As prefeituras ingressaram, na semana passada, com embargo de declaração pedindo que o aterro continuasse a receber resíduos até agosto de 2023, tempo que seria necessário para que os municípios encontrassem solução definitiva ao problema do lixo doméstico produzido nas duas cidades.

NEGADO

O desembargador Luiz Neto, contudo, não reconheceu os embargos. Ou seja, negou o pedido das prefeituras. Argumentou que o recurso utilizado não era o adequado para modificar uma sentença. Novo recurso deve ser preparado, desta vez para o colegiado, a turma de Direito Público do Tribunal, que tem competência para, se for o entendimento, mudar a decisão.

TEMPO

O aterro sanitário de Marituba recebe o lixo produzido nas três maiores cidades da Região Metropolitana. O acordo judicial assinado no ano passado estabeleceu 31 de maio deste ano como data final para fechamento do aterro. A empresa responsável pelo empreendimento, a Guamá Tratamento de Resíduos, alegou que não poderia continuar o funcionamento nas atuais condições. Para manter o atendimento precisaria de mais investimentos. Os municípios tiveram um ano para definir alternativas. Nesse meio-tempo, houve uma eleição, novos prefeitos assumiram e o problema continuou.

APAGÃO

O Tribunal de Justiça do Pará chegou a mediar negociação entre a empresa, prefeituras e Ministério Público, mas diante do impasse, deixou a mediação. Oficialmente, as prefeituras informam que seguem conversando com a Guamá. Ao mesmo tempo tentam evitar o fechamento do aterro, por meio de decisão judicial. Faltando apenas cinco dias para o prazo final - já objeto de prorrogação - o imbróglio, que pode gerar um apagão da coleta de lixo em Belém, Ananindeua e Marituba, parece longe do final.

CLIPPING DE NOTÍCIAS DO TJPA

Departamento de Comunicação – Coordenadoria de Imprensa
(91) 3205-3256/3274 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

CASO ANA KARINA

Acusados de matar jovem grávida serão julgados hoje

HOMICÍDIO - O principal suspeito de planejar a morte de Ana Karina era o pai da criança

ANA LAURA CARVALHO
DA REDAÇÃO

Os acusados de envolvimento no assassinato da jovem Ana Karina Guimarães, morta no dia 10 de maio de 2010, em Parauapebas, serão julgados hoje, no Fórum Criminal de Belém. No banco dos réus, estarão Alessandro Camilo de Lima, Graziela Barros Almeida e Francisco de Assis Dias. A sessão de julgamento, marcada para as 8h, será presidida pelo juiz Raimundo Moisés Alves Flexa.

A realização do julgamento na capital paraense foi uma determinação do Tribunal de Justiça do Estado (TJPA), que atendeu um pedido da defesa de um dos réus. O caso seria julgado, inicialmente, pela Justiça de Parauapebas. No entanto, a defesa dos réus alegou que o município não oferecia a proteção suficiente aos

acusados. O pedido de mudança de comarca foi protocolado na Justiça do Pará em 2018. Na ocasião, o julgamento dos acusados foi suspenso devido à entrada do recurso.

Na época do crime, Ana Karina Guimarães tinha 29 anos e estava no nono mês de gestação. O principal suspei-



Alessandro Camilo é apontado pelo MPPA como mandante da morte de Ana Karina



to de planejar a morte da jovem era o pai da criança, o empresário Alessandro Camilo, que dias depois do assassinato, confessou ter matado a jovem com a ajuda de outros comparsas. Em 2013, um dos envolvidos no assassinato, Florentino de Sousa Rodrigues, foi julgado e condenado a 24 anos

de prisão por homicídio qualificado, aborto e ocultação de cadáver.

O CASO

Alessandro Camilo é apontado pelo Ministério Público do Pará (MPPA) como mandante do crime e teve pedido de habeas corpus negado, em 2017. Ele



Condenado

Em 2013, um dos envolvidos no assassinato, Florentino de Sousa Rodrigues, foi julgado e conde-

nado a 24 anos de prisão por homicídio qualificado, aborto e ocultação de cadáver

teria planejado o assassinato com o apoio de sua noiva, Graziela Barros de Almeida, e atraído a vítima para

uma emboscada.

Alessandro, sob o argumento de que repassaria valores a Ana Karina para as despesas do parto, marcou encontro com a vítima, levando-a para um local deserto, onde já aguardavam Francisco de Assis Dias e Florentino de Souza Rodrigues, os outros dois acusados no

processo.

A vítima foi morta a tiros, sendo depois colocada em um tambor que estaria na carroceria da caminhonete de Alessandro, e jogada no rio Itacaiunas. Antes, no entanto, os acusados teriam colocado pedras no tambor e feito perfurações, para que permanesse no fundo do rio.

CLIPPING DE NOTÍCIAS DO TJPA

Departamento de Comunicação – Coordenadoria de Imprensa
(91) 3205-3256/3274 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Itamar Júnior é empossado como desembargador do TRT8

JUSTIÇA

Em um evento restrito, realizado nessa quarta-feira (9), com limitação de presentes e atenção a normas de segurança e distanciamento, o novo desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, Raimundo Itamar Lemos Fernandes Júnior, tomou posse em cerimônia administrativa realizada na antessala da presidência do TRT8.

A posse foi conduzida pela presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, desembargadora Graziela Colares, que assinou o termo de posse e manifestou sua satisfação e imensa alegria em participar deste mo-

mento no TRT8. "Fiquei muito feliz com a nomeação do desembargador Raimundo Itamar Júnior, por quem tenho apreço, e conheço muito bem sua atuação como juiz do trabalho. Tenho certeza que o tribunal ganha muito com a sua chegada", comemora. Após leitura do juramento e assinatura do termo de posse, o novo desembargador recebeu das mãos da presidente o PIN institucional, para identificação como integrante do segundo grau da magistratura.

A cerimônia de posse contou com a presença da vice-presidente do TRT 8, desembargadora Maria Valquíria Norat Coelho; da corregedora, desembargadora Mary Anne Acatuas-

sú Camelier Medrado, de demais magistrados e servidores, além dos familiares. Amigo de longas datas do magistrado, o desembargador Luis José de Jesus Ribeiro parabenizou o novo desembargador por este momento importante na sua vida, lembrando dos tempos de estudos antes da posse como juiz do Trabalho substituto.

Em seu pronunciamento, o novo desembargador agradeceu a Deus e a sua família em relato emocionado sobre os pais, e reafirmou que o TRT 8 é a sua segunda casa. "Estou muito grato por esse momento. É o resultado de um sonho, pois entrei com juiz substituto no ano de 1994.

Hoje é uma emoção muito grande em estar aqui, principalmente pelo momento em que o Brasil está vivendo. Gratidão a Deus, a todos que nos ajudaram nessa caminhada. Gratidão ao povo brasileiro, a quem prestamos nós a jurisdição, e procuramos de fato prestar conta de tudo aquilo que nós fazemos. Confiamos em Deus para continuar bem servindo aqui no Tribunal", pontua o novo desembargador.

O novo desembargador foi promovido pelo critério de merecimento, e ocupa a vaga deixada em razão da aposentadoria do desembargador Herbert de Matos, e integrará a 2ª Turma de Julgamento.



Posse de Itamar Lemos Júnior foi conduzida pela presidente do tribunal, Graziela Colares. FOTO: ASCOM TRT

Caso Ana Karina: acusados de executar jovem grávida serão julgados nesta quinta, em Belém

🕒 10 JUN 2021 - 09:58 | ATUALIZADO 10 JUN 2021 - 09:57 | [Compartilhar 3](#) [Twitter](#) [WhatsApp](#) [Facebook](#) [LinkedIn](#)



Três acusados de envolvimento no assassinato da jovem Ana Karina Guimarães, executada no dia 10 de maio de 2010, em Parauapebas, na região sudeste do Pará, serão julgados nesta quinta-feira, 10, as 8h, no Fórum Criminal de Belém. O julgamento será conduzido pelo juiz Raimundo Moisés Alves Flexa. Alessandro Camilo de Lima, Graziela Barros Almeida e Francisco de Assis Dias, sentam no banco dos réus.

A defesa de um dos réus solicitou a transferência do julgamento para a capital paraense, o que foi atendido pelo Tribunal de Justiça do Estado (TJPA).

CLIPPING DE NOTÍCIAS DO TJPA

Departamento de Comunicação – Coordenadoria de Imprensa
(91) 3205-3256/3274 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Inicialmente o caso seria julgado pela Justiça de Parauapebas. Porém, foi alegado que o município não oferecia proteção suficiente aos acusados.



A vítima tinha 29 anos e estava com nove meses de gestação. O principal suspeito de planejar a morte da jovem é o pai da criança, o empresário Alessandro Camilo, que, dias depois do assassinato, confessou ter matado com a ajuda de outros comparsas. Em 2013, um dos envolvidos no assassinato, Florentino de Sousa Rodrigues, foi julgado e condenado a 24 anos de prisão por homicídio qualificado, aborto e ocultação de cadáver.

Entenda o caso

O empresário Alessandro Camilo é apontado como mandante do crime e teve pedido de habeas corpus negado, em 2017. Ele teria planejado o assassinato com o apoio de sua noiva, Graziela Barros de Almeida, e atraído Ana Karina para uma emboscada.

Alessandro marcou encontro com a vítima para supostamente repassar valores para as despesas do parto, levando Ana Karina para um local deserto, onde já

CLIPPING DE NOTÍCIAS DO TJPA

Departamento de Comunicação – Coordenadoria de Imprensa
(91) 3205-3256/3274 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

aguardavam Francisco de Assis Dias e Florentino de Souza Rodrigues, os outros dois acusados no processo.

A jovem foi executada a tiros, colocada em um tambor e jogada no rio Itacaiunas. Os acusados colocaram pedras no tambor e fizeram perfurações para que permanecesse no fundo do rio.

POLÊMICA

Justiça suspende processo de licitação de 'Operação Tapa-Buraco' por suspeita de irregularidades em Altamira

Operação estava prevista para iniciar agora na primeira quinzena de junho

09 JUN 2021 - 12:40 | ATUALIZADO 09 JUN 2021 - 13:00 | [Compartilhar 5](#) [Twitter](#) [WhatsApp](#) [Facebook](#) [LinkedIn](#)



O Tribunal de Justiça do Pará suspendeu a licitação de um contrato entre a Prefeitura Municipal de Altamira, no sudeste do estado, e a empresa Borrachas e Mangueiras LTDA, vencedora de pregão para “Operação Tapa-Buraco” na cidade. De acordo com o documento, houve irregularidades no processo de licitação.

A operação estava com a previsão de iniciar as ações na primeira quinzena do mês de junho. A Secretaria de Obras, Viação, Infraestrutura e Mobilidade Urbana (Seovi), aguardava apenas a chegada dos maquinários para realizar o serviço em 19 bairros da cidade.

CLIPPING DE NOTÍCIAS DO TJPA

Departamento de Comunicação – Coordenadoria de Imprensa
(91) 3205-3256/3274 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A Construtora Lorenzoni, empresa que concorreu à licitação, entrou com uma ação de mandado de segurança contra o ato do pregoeiro que não teria seguido as formalidades do edital e das leis da licitação. Após a decisão da justiça, a empresa informou que não iria se pronunciar publicamente.

Até o presente momento a empresa Borrachas e Mangueiras LTDA e a Prefeitura de Altamira ainda não se pronunciaram sobre o ocorrido.



**Processo Judicial Eletrônico
Tribunal de Justiça do Pará
3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ALTAMIRA**

PROCESSO: 0802491-33.2021.8.14.0005

CLASSE: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120)

ASSUNTO: [Anulação]

AUTOR: Nome: CONSTRUTORA LORENZONI LTDA

Endereço: Rodovia Transamazônica, KM 04, Bela Vista, ALTAMIRA - PA - CEP: 68377-043

RÉU: Nome: PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ALTAMIRA

Endereço: Rua Otaviano Santos, 288, Sudam I, ALTAMIRA - PA - CEP: 68371-288

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA – MANDADO

CLIPPING DE NOTÍCIAS DO TJPA

Departamento de Comunicação – Coordenadoria de Imprensa
(91) 3205-3256/3274 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Acusados de matar Ana Karina são julgados nesta quinta-feira, em Belém

Alessandro Camilo de Lima, Graziela Barros Almeida e Francisco de Assis Dias estão no banco dos réus



Redação Integrada

10.06.21 9h37



Três pessoas acusadas de envolvimento no assassinato da jovem Ana Karina Guimarães são julgadas nesta quinta-feira (10), no Fórum Criminal de Belém. A sessão de julgamento é presidida pelo juiz Raimundo Moisés Alves Flexa. O crime ocorreu em maio de 2010, em Parauapebas, no sudeste paraense, e teve grande repercussão. A vítima estava grávida e o pai da criança, o empresário Alessandro Camilo de Lima, é apontado como mandante do crime. Ele, Graziela Barros Almeida e Francisco de Assis Dias estão no banco dos réus.

CLIPPING DE NOTÍCIAS DO TJPA

Departamento de Comunicação – Coordenadoria de Imprensa
(91) 3205-3256/3274 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O caso seria julgado, inicialmente, pela Justiça de Parauapebas. No entanto, a defesa de um dos réus alegou que o município não oferecia a proteção suficiente aos acusados. A realização do julgamento na capital paraense foi uma determinação do Tribunal de Justiça do Estado (TJPA), que atendeu um pedido de desaforamento, isto é, de mudança de comarca, protocolado em 2018.

Em 2013, um dos envolvidos no assassinato, Florentino de Sousa Rodrigues, foi julgado e condenado a 24 anos de prisão por homicídio qualificado, aborto e ocultação de cadáver.

Relembre o caso

Ana Karina Guimarães, de 29 anos, foi assassinada a tiros no dia 10 de maio de 2010, após uma emboscada que teria sido orquestrada pelo empresário Alessandro Camilo. Segundo o MPPA, teria planejado o assassinato com o apoio da noiva, Graziela Barros de Almeida, sob o argumento de que repassaria dinheiro à vítima para as despesas do parto.

Um encontro foi marcado em um local de pouca movimentação, onde já aguardavam Francisco de Assis Dias e Florentino de Souza Rodrigues, os outros dois acusados no processo. Depois da execução, Ana Karina foi colocada em um tambor que estaria na carroceria da caminhonete de Alessandro, e jogada no rio Itacaiunas. Antes, no entanto, os acusados teriam colocado pedras no reservatório e feito perfurações, para que permanecesse no fundo do rio. Dias depois do assassinato, Alessandro Camilo confessou o crime e relatou ter agido com a ajuda de comparsas.

Preso por roubo tem pedido de liberdade negado

O pedido de habeas corpus liberatório foi negado por unanimidade



Redação Integrada

09.06.21 21h23



Em decisão unânime, a Seção de Direito Penal do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) negou o habeas corpus liberatório com pedido de liminar a Leonardo dos Santos Moreira, preso preventivamente por roubo. O julgamento foi realizado durante sessão transmitida por videoconferência na segunda-feira (7).

A defesa citou ausência de fundamentação para a prisão preventiva de Leonardo e, com base nesses argumentos, alegou constrangimento ilegal.

A relatoria do caso, a cargo do presidente da Seção Penal, desembargador Mairton Marques Carneiro, avaliou como fundamentada a prisão do acusado, julgando não se configurar constrangimento ilegal no caso em questão e decidiu pela manutenção da custódia cautelar.

CLIPPING DE NOTÍCIAS DO TJPA

Departamento de Comunicação – Coordenadoria de Imprensa
(91) 3205-3256/3274 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br